



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

VOZES DA DOCÊNCIA: O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA¹

Fernanda Silva de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais

fernandaxyx@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema central discutir a implementação da 10.639/03² na prática pedagógica de docentes que atuam em uma escola pública municipal de Belo Horizonte que oferta a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental de forma integral. Esta Lei é uma alteração da Lei n.º. 9.394/96 Lei - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que torna obrigatório no currículo oficial das escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio da Educação Básica a inserção da temática “história e cultura africana e afro-brasileira”.

O estudo visa destacar o ponto de vista das docentes que atuam (ou já atuaram) como professoras referência no trabalho com relações étnico-raciais, assim como da gestão da referida escola. Diante dos relatos e produções teóricas que apontam a dificuldade de implementação dessa legislação nas instituições escolares brasileiras optou-se pela escolha de uma escola pública de Belo Horizonte que apresenta um trabalho comprovado de implementação da Lei 101.639/03, o qual foi recolhido por

¹ Esse texto traz algumas discussões apresentadas em minha dissertação, defendida no ano de 2010, sob orientação da Professora D^a Nilma Lino Gomes.

² Em 10 de março de 2008 a Lei 10.639/03 foi modificada. Nela foi incorporada a obrigatoriedade da história e da cultura indígena, recebendo o número 11.645/08. Nesse texto, optou-se por manter a numeração original da mesma, a modificação realizada encontra-se em fase de discussão e debate político sobre o possível desdobramento das temáticas contempladas em duas legislações específicas. Caso isso aconteça, será preservado o número 10.639/03 referente ao segmento negro da população.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

meio da observação participante, dos relatos das docentes, de publicações na imprensa local e da indicação da gestão municipal.

Nesse sentido, a presente pesquisa possui uma característica singular. O tema aqui proposto emergiu da prática da pesquisadora como bolsista de iniciação científica, da qual foram extraídas novas questões dentro do campo de estudos das relações étnico-raciais. A riqueza das práticas pedagógicas acompanhadas e o lugar destacado que a escola observada naquela época adquiriu no contexto belorizontino e mineiro, com repercussões nacionais, orientou a escolha da mesma para o trabalho de mestrado com enfoque nas práticas desenvolvidas pela gestão e docentes com uma ação protagonista nesta escola.

Problematiza-se, assim, o trabalho pedagógico com as relações étnico-raciais na escola conforme essas são distinguidas pelo olhar da gestão e da docência comprometidas com uma mudança na prática pedagógica, ou seja, em uma escola que se mostra aberta à diversidade étnico-racial. Indaga-se: Como as professoras lidam com a diversidade étnico-racial em sua prática docente? Quais são estratégias pedagógicas e práticas realizadas? Como elas vêem a relação com a gestão da escola? O que pensam sobre a formação inicial e continuada da qual fizeram parte e sua relação com a temática da Lei 10.639/03?

A MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: AS RELAÇÕES RACIAIS E A EDUCAÇÃO

A Lei 10.639/03 é um dos exemplos mais recentes das mudanças que elegem a educação como um espaço no qual a diversidade deve ser considerada e respeitada para uma aprendizagem mais efetiva. Dessa maneira a existência dessa Lei pode ser considerada um avanço do direito e reconhecimento da cultura afro-brasileira no currículo escolar. Entretanto, é importante enfatizar que ainda, algumas pesquisas nos revelam que, na prática escolar, em muitas escolas, essa Lei ainda não é pensada de forma sistemática, como destaca os estudos realizados por GOMES (2004) E CAVALLEIRO (2005). A existência da Lei, desvinculada de um processo formador



dos diversos sujeitos que compõem o ambiente escolar, não a torna efetiva. No entanto, para alguns estudiosos das relações raciais³, o debate sobre essa nova legislação já está trazendo alguns benefícios à sociedade. Um deles é colocar o tema das relações raciais na agenda nacional e incentivar o reconhecimento da necessidade de mudança, ou seja, é preciso realizar algo para diminuir as desigualdades presentes na educação de negros e brancos, assim como é necessário pensar cada vez mais na formação inicial e continuada dos/as professores/as, na perspectiva da diversidade étnico-racial.

Estudos como os de Antônio Flávio Barbosa Moreira (1994) Nilma Lino Gomes (1995), Tomaz Tadeu Da Silva (1995), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1996), Miguel Arroyo (2000) e muitos vêm discutindo a existência de uma relação estreita entre cultura e conhecimento, entre a diversidade étnico-cultural e os complexos processos de apreensão e construção do conhecimento. Apontam para o fato de que a diversidade étnico-cultural é mais do que uma questão colocada à sociedade, à escola e ao currículo para ser tratada sem preconceitos. Ela é um componente dos processos de socialização, de conhecimento e da educação. Sem compreendê-la e assumi-la não equacionaremos profissionalmente os processos educativos. Reconhecê-la é assumir uma nova relação com os processos de construção do conhecimento, dos valores e das identidades. É assumir uma nova postura profissional.

Em uma recente pesquisa etnográfica em escolas públicas da cidade de Belo Horizonte a respeito da formação continuada de professores para a diversidade étnico-racial GOMES et al (2006) analisou a prática pedagógica de professores (as) de diversas áreas da educação básica, a fim de compreender como e porquê esses (as) professores (as) contemplavam a diversidade étnico-racial em sala de aula. A investigação revelou que além do interesse e empenho pessoal de cada docente, a participação em cursos de aperfeiçoamento, especialização e de atividades de formação continuada voltados para a temática racial foi de fundamental importância para mudança de postura e iniciativa,

³ Cabe esclarecer que ao falarmos em relações raciais na sociedade e na escola trabalharemos com o conceito de raça, entendida como uma construção social e histórica. Sendo compreendida, também no seu sentido político como uma ressignificação do termo, construída na luta política de superação do racismo na sociedade brasileira. Dessa forma, refere-se ao reconhecimento de uma diferença que nos remete a uma ancestralidade negra e africana, de acordo com a interpretação do Movimento Negro e de vários estudiosos do campo das relações raciais no Brasil.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

para alguns dos docentes, possibilitou um trabalho mais integrado e interdisciplinar e trouxe resultados positivos para os estudantes e comunidade escolar em geral.

Destaco a importância no contexto contemporâneo, da emergência de uma re-significação da escola e do currículo como espaços de reinvenção das “narrativas que forjam as identidades homogêneas”. Nesse contexto, percebemos a relevância do debate sobre as novas formas de inclusão de sujeitos sociais com representação minoritária nos currículos e a importância da formação dos docentes que irão atuar junto às crianças e aos jovens nas escolas brasileiras. Sendo, também necessário voltar nosso olhar para os sujeitos receptores das mudanças curriculares políticas e de como elas atingem ou não o seu objetivo proposto.

CAMINHOS METODOLÓGICOS...

Para alcançar os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa etnográfica organizada em dois momentos, a saber: primeiramente, o acompanhamento semanal do cotidiano da escola e das atividades em sala de aula nos anos de 2008 e 2009. Logo depois, realização de entrevistas com três docentes e uma diretora, negras e brancas, que atuam na referida instituição escolar. Trabalhou-se com a entrevista aberta ou semi-estruturada. Nas entrevistas privilegiou-se a compreensão das trajetórias de vida e escolares das profissionais, a sua formação, as suas impressões e opiniões sobre o trabalho voltado para a diversidade étnico-racial. Foram utilizados como recursos metodológicos a fotografia, anotações no diário de campo e a observação participante, voltada para a compreensão do ponto de vista dos docentes e da gestão da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ante a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições escolares.

O trabalho de observação possibilitou uma maior interação com o campo, com os sujeitos ali presentes. Segundo Geertz (1989), os estudos etnográficos exigem um esforço de "interpretação". Como ele salienta, "Fazer etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos" (p.20). Assim, fica claro que, para o autor, a pesquisa



etnográfica é caracterizada não apenas pelas técnicas ou processos que possamos utilizar, mas, fundamentalmente, pela interpretação minuciosa e arriscada que faremos a partir dos dados coletados.

Quando trabalhamos com pesquisa etnográfica fazemos uma apreensão dos significados de um grupo e isto nos convida a trabalhar com uma ciência irregular, plural e tal como explica Geertz (2001, p. 10), qualquer proposta de uma teoria geral a respeito de qualquer coisa social soa cada vez mais vazia. Considerando o contexto da pesquisa em questão, podemos dizer que a etnografia nos inspira a conviver com as incertezas, compreender os docentes como sujeitos ativos e não somente como receptores dos programas culturais de governo e das políticas educacionais. Eles são capazes de burlar algumas regras e normas e criam entre si verdadeiros sistemas culturais de apreensão dos significados do mundo que ainda necessitamos estudar e compreender. É nesse contexto que a discussão sobre História da África e Culturas Afro-brasileiras assume diferentes interpretações, enfoques e significados na prática docente.

A FORMAÇÃO CONTINUADA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS: A ESCOLA INVESTIGADA

Conforme foi dito anteriormente, o presente estudo foi desenvolvido em uma escola pública municipal, na cidade de Belo Horizonte, que assume uma perspectiva pedagógica de trabalho⁴ voltado para a implementação da Lei nº. 10.639/03. Trata-se de uma escola da infância, de ensino em tempo integral, que atende crianças de 03 a 09

⁴ De acordo com Gomes (2008) a escola onde a pesquisa foi realizada ganhou, no ano de 2005, prêmios, de âmbito nacional por desenvolver atividade e projetos voltados para questão racial. Obteve participações na mídia para divulgar suas ações pedagógicas em prol da diversidade étnica. Destaca-se o “Prêmio Paulo Freire. Quem gosta de educar tem seu jeito de ensinar”, financiado pelo MEC.



anos, trabalhando com a educação infantil e com os anos iniciais do ensino fundamental. A Escola desde a construção inicial da sua proposta pedagógica tem inserido em seu Projeto Político Pedagógico o trabalho com temática racial como um dos pilares de sua grade curricular. PPP este que foi construindo coletivamente pelo corpo de profissionais da escola.

A instituição pesquisada tem investido no trabalho de formação continuada dos docentes na perspectiva da Lei, por meio da reorganização do espaço e do tempo escolar, a fim de que os seus profissionais tenham condições de se formarem no trabalho pedagógico com as relações raciais. Possui, ainda, uma relação de proximidade com a comunidade escolar.

Através dos depoimentos podemos constatar que a participação em processos de formação continuada para a diversidade étnico-racial além de sensibilizar os (as) docentes, coordenadores (as) pedagógicos (as) e os (as) gestores (as) produz transformações nas práticas e posturas profissionais e pessoais daqueles que deles participam. Isso nos leva a refletir sobre a sua importância e questionar a ausência da temática racial nos processos de formação inicial de professores (as), mesmo em tempos da lei 10.639/03.

As docentes entrevistadas atuaram de forma significativa no desenvolvimento de projetos, atividades, eventos em prol da diversidade étnico-racial na instituição. Assim, a dinâmica inicial do trabalho possibilitava que os outros docentes fossem inseridos gradativamente nas discussões e atividades com as relações raciais. Para que isso fosse possível, as atividades realizadas em sala de aula pela professora-referência eram desenvolvidas em regência compartilhada, ou seja, as professoras trabalhavam conjuntamente. É consenso entre o coletivo de profissionais que a escola de maneira geral contribui e possibilita o desenvolvimento do trabalho com a questão étnico-racial. O diferencial da *professora-referência* foi adotado como uma estratégia pedagógica possível para a realização sistemática do trabalho, mesmo que inicialmente a intenção tenha sido que o trabalho fosse realizado por todas. Interessante notar duas questões: o reconhecimento do fato de que a questão racial, na sua dimensão pedagógica deverá fazer parte da prática de todas as professoras e, ao mesmo tempo, a reflexão de que o lugar étnico-racial do docente pode interferir em um trabalho mais consistente.



Os relatos sobre os avanços e limites e também as reflexões realizadas pelas docentes entrevistadas revelam que todas reconhecem a importância da Lei 10.639/03 e da educação das relações étnico-raciais no cotidiano da escola e tentam de alguma maneira realizar atividades que contemplem essa discussão. Todavia, as professoras sinalizam que essa temática não está na pauta de todas as instituições escolares, mesmo que a sua implementação signifique a efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 (LDB).

Apesar de reconhecermos que aconteceram alguns avanços nesse campo, a inserção da discussão sobre a diversidade no campo da formação docente ainda fica restrita ao interesse específico de alguns profissionais, cujo investimento se dá devido à sua trajetória de vida, pertencimento étnico/racial, postura política, escolha pessoal, ou mesmo, de experiências cotidianas que aguçam a sua sensibilidade diante da diferença, trazendo-lhes de forma contundente a importância da inserção dessa discussão na prática escolar.

A sintonia entre os docentes e a reflexão sobre suas práticas pedagógicas e posturas são necessárias. Um das professoras entrevistadas vem incorporando no seu trabalho a prática do teatro, sinalizando que ele contribui para romper as barreiras raciais entre as crianças. Tal dinâmica tem facilitado o trabalho da docente com as crianças para a discussão das relações étnico-raciais, como ela ressalta. É essencial que o conteúdo da Lei realmente seja colocado em prática pelos docentes e demais membros do meio escolar, como percebemos em nossa investigação. Parafraseando CAVALLEIRO (2005) ao se referir a Lei 10.639/03, na educação brasileira, há ausência de reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar, o que tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que interagem no cotidiano da grande maioria das escolas brasileiras.

A escola ao incorporar em seu currículo a discussão das relações raciais, abordando, aspectos da história e cultura afro-brasileira e africana de forma positiva, vem trabalhando em sintonia com os preceitos da Lei 10.639/03. A Instituição, ao longo de sua trajetória, realizou várias estratégias pedagógicas para inserção da temática africana e afro-brasileira no seu currículo e, por último, incorporou em sua grade



curricular a disciplina Relações Étnico-raciais e Gênero, possibilitando que o trabalho e as discussões fizessem parte do cotidiano escolar de forma contínua.

A gestão da escola pesquisada busca incentivar a participação de toda comunidade escolar em curso de formação, seminários e palestras, destacando ainda a diversidade de materiais existentes na escola que estão disponíveis aos docentes interessados.

Refletir sobre essas participações em formações continuadas em serviço pode nos ajudar a aprofundar as reflexões em torno do tema da formação para a diversidade. O fato de que, para além do interesse e empenho pessoal de cada docente, alguns deles atuam em uma mesma escola na qual são estimulados pela própria direção a participarem de cursos voltados para a temática racial deve ser considerado como pista de pesquisa. Esse processo pode anunciar pistas sobre a importância da relação entre professores abertos à diversidade, a formação de um coletivo forte (interdisciplinar) de trabalho e a vivência de um processo de coordenação pedagógica e de gestão democrática que se orienta não só pela competência técnico-administrativa, mas, também, pelo sentido ético e político do reconhecimento e respeito à diversidade.

A Lei 10.639/03 traz inúmeras possibilidades de discussão no contexto escolar das relações raciais, tornando obrigatória a sua inserção no currículo. Reconhecemos que se trata de um avanço o trabalho desenvolvido por essa instituição escolar que ultrapassa o campo do discurso e dos documentos normativos efetivando, através de sua prática pedagógica, o trabalho com a temática racial e colocando, assim, o PPP em ação.

Também como foi dito anteriormente, a Escola investigada funciona em tempo integral, que é uma modalidade recente e piloto em Belo Horizonte. Entretanto, destaca-se que são raros os docentes que trabalham em tempo integral, ou seja, nos dois turnos. Mesmo assim, durante os anos de observação em campo desde a iniciação científica até o mestrado, observa-se que tal situação não causa ruptura no trabalho com as relações étnico-raciais realizado pela instituição. Nesse sentido, cabem algumas indagações: o fato de a instituição funcionar em tempo integral pode ser um fator que contribui para a realização dos trabalhos com a temática racial? O fato de a escola investir na formação dos profissionais para a diversidade étnico-racial, proporcionando



a sua participação em cursos de atualização, aperfeiçoamento e outros contribuiu não só para o crescimento profissional, mas, também, na construção de um coletivo e de uma relação de confiança entre os docentes e a gestão? Qual o impacto de uma disciplina específica com abordagem nas relações raciais dentro do cotidiano escolar no processo de formação de alunos e alunas, em sua fase inicial de formação?

Até o momento, as respostas a essas perguntas apresentam-se como positivas e como um diferencial na prática pedagógica desenvolvida. Isso não quer dizer, como foi apresentado, que não existam tensões, conflitos e dissensos. Todavia, há, nessa instituição um enraizamento institucional da Lei 10.639/03 o que nos leva a afirmar que há a compreensão da sua concretização como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e não como uma lei específica “para os negros”, como lamentavelmente ainda pensam alguns setores da política educacional e da universidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

A inserção no cotidiano nessa instituição e a possibilidade de acompanhar as práticas de docentes que assumiram o lugar de *professora referência para as relações étnico-raciais*, em diferentes contextos, nos possibilita algumas indagações e ponderações sobre a prática pedagógica desenvolvida dentro desta proposta e sua dinâmica no espaço escolar, na perspectiva da Lei 10.639/03.

É fato que o professor, sobretudo aqueles que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental é um ator central nas trajetórias escolares. Dessa forma, a sua intervenção pode contribuir ou não na formação de identidades, considerando ainda que a infância é o ciclo de formação no qual as crianças estão construindo suas representações, opiniões sobre si mesmo e o outro. Nesse momento as mensagens, os valores, as posturas transmitidas pelos seus colegas e professores ocupam um lugar significativo. Esses valores, atitudes e comportamentos, são também socializados no espaço familiar. Por isso, um ambiente escolar que valorize a diversidade étnico-racial poderá ser um espaço importante para as crianças negras que contribua para a afirmação ou para a fragmentação da sua identidade. Também para as



crianças brancas e de outros grupos étnico-raciais poderá ser um espaço que eduque para a diversidade ou reforce racismo, preconceitos, estereótipos e estigmas.

Podemos dizer que a prática pedagógica das docentes entrevistadas não é uniforme, há diferentes estilos, maneiras de conduzir as aulas, as atividades, formas de organizar os eventos, cada uma com suas particularidades e singularidades. Revela também que a instituição tem um corpo docente aberto ao trato da diversidade e “sensível” ao trabalho com a temática racial o que corrobora para uma prática mais coletiva. Entretanto, a pesquisa reflete que a implementação da referida legislação deve ir além. O estudo da temática afro-brasileira e africana é um dever dos docentes, das escolas e dos sistemas de ensino, assim como um direito do estudante. Cabe considerar que a abertura e a sensibilidade a esta temática são importantes na realização de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial, porém, o atendimento da Lei 10.639/03, enquanto alteração da LDB, não pode se restringir às posturas pessoais e às experiências de ordem subjetiva dos profissionais da educação.

Ao final dessa investigação, destacamos a necessidade de se formar professores/as preparados para lidar com a diversidade cultural e étnico-racial em sala de aula, mas acima de tudo, formados para saber indagar o currículo e suas práticas. Essa formação deverá ser tanto inicial quanto continuada. Quem sabe, poderemos, de fato, contribuir na formação de educadores (as) reflexivos, que busquem modificar o ambiente escolar a fim de torná-lo menos opressor e mais democrático sem esquecer que o próprio educador faz parte desse processo. É o que nos alerta GONÇALVES E SILVA:

Professores fazemos parte de uma população culturalmente afro-brasileira, e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que têm raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não a assumimos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mas nós já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são (GONÇALVES E SILVA, 1996:175).

Portanto, o fato de existirem escolas que, para além do interesse e empenho pessoal de cada docente, tenham um coletivo de profissionais que são estimulados pela própria direção a implementarem a Lei 10.639/03 e suas diretrizes, bem como recebem investimento na sua formação continuada e em serviço deve ser considerado pelo campo da pesquisa sobre relações raciais e educação. Esse processo pode anunciar a importância da relação entre professores abertos à diversidade, a formação de um coletivo forte (interdisciplinar) de trabalho e a vivência de um processo de coordenação pedagógica e de gestão democrática que se orienta não só pela competência técnico-administrativa, mas, também, pelo sentido ético e político do reconhecimento e respeito à diversidade.

As pesquisas realizadas têm revelado que não basta apenas uma mobilização individual dos docentes (SANTANA, 2003), pois esta acaba sendo interpretada pelas escolas como uma escolha pessoal e militante e não como um compromisso pedagógico do conjunto de educadores e educadoras. É nesse sentido que uma reflexão sobre as ações e projetos voltados para a diversidade étnico-racial, desenvolvidos por coletivos de educadores (as) no interior das escolas torna-se um foco importante de investigação para o campo educacional. Nesse sentido, a prática pedagógica desenvolvida pela escola estudada nesta pesquisa poderá nos trazer novas reflexões sobre os limites e possibilidades do trabalho voltado para a diversidade étnico-racial em uma escola que toma essa questão como um dos eixos do seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete (Org.); GOMES, Nilma Lino (Org.). Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. v. 1. 123 p.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFMG. Belo Horizonte, 2002, (Mimeogr.)

ALVEZ-MAZZOTT, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, **Fernando**. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas**. São Paulo: Pioneira Thompson, 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Reinventar e formar o profissional da educação básica**. In: Maria Aparecida V. Bicudo; Celestino Alves Junior. (Org.). Formação do Educador. Marília: UNESP, 1996, v., p. 47-68.

BRASIL, MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. Julho, 2005.

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

CANDAU, V. M^a F. **Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios**. In: _____. (org.). Cultura(s) e educação. Entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03**. Ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar. Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil. São Paulo; Contexto, 2003.;3^a edição.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sócio-cultural**. In: Juarez Dayrell. (Org.). *Múltiplos Olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996, p. 136-161.

GATTI, Bernadete. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**; o processo de construção da identidade racial de professoras negras, Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Práticas pedagógicas e questão racial: o tratamento é igual para todos/as? In: Margareth Diniz; Renata Nunes Vasconcelos. (Org.). **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores**. Belo Horizonte, 2004, p. 80-108.

GOMES, Nilma Lino (Org.); OLIVEIRA, Fernanda Silva de (Org.). **Identidades e Corporeidades Negras**: Reflexões sobre uma experiência de formação de professores (as) para a diversidade étnico-racial. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 296 p.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. e. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas políticas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: v.29, n.1, jan./jun. 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.

MUNANGA, K; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. **Professores (as) negros (as) e relações raciais: percursos de formação e de transformação.** Belo Horizonte: Faculdade de Educação, UFMG, 2003 (Dissertação, mestrado em educação).

SILVA, Petronilha. B. G. e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Dilemas do nosso tempo:** globalização, multiculturalismo, conhecimento. *Educação & Realidade*, v. 26, nº 1, p. 13-32. . (2000).

VIEIRA, Ricardo. **História de Vida e Identidades Professores e Interculturalidade.** Porto: Edições Afrontamento, 1999, 397 páginas. (Biblioteca das Ciências do Homem).